

PCS ainda em passos lentos nos portos

Plataforma eletrônica que integra informações para reduzir tempo e custo das operações, discutida há anos, ainda não é realidade

TEDESARTORI
DA REDAÇÃO

A implantação do Sistema de Comunidade Portuária (Port Community Systems ou PCS, no original em inglês) ainda engatinha nos portos brasileiros, incluindo, naturalmente, o de Santos. Trata-se de uma plataforma eletrônica que reúne e integra as informações dos sistemas dos envolvidos com o comércio marítimo: importadores, exportadores, portos, órgãos fiscalizadores, agentes marítimos, armadores, operador e terminais portuários, Autoridade Portuária, dentre outros.

O objetivo do PCS é reduzir o tempo e o custo das operações de importação e exportação, melhorando, com isso, a eficiência dos complexos portuários e dessas operações. Entre as mudanças que esse sistema deve trazer, estão: integração de dados em um software centralizado (público ou privado); rastreamento de alta qualidade, que ajude na localização das cargas no porto; e gestão dos meios de transporte.

No cais santista, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou, por meio de nota, que em 2019 e 2020 ela realizou para o projeto Port Community Systems, a pedido do então Ministério da Infraestrutura, o mapeamento de vários processos que compõem a entrada, operação e saída de cargas no maior complexo portuário do Hemisfério Sul. “Em 2021, diante de uma revisão da estratégia junto aos parceiros envolvi-



PCS prevê uma plataforma digital integrando órgãos federais que atuam no setor portuário, mudando processos e reduzindo tempo para liberação de exportações e importações

dos, a APS deixou de fazer parte do projeto”, completa.

A Secretaria de Negócios Internacionais do Estado de São Paulo está integrando a iniciativa, de olho no Porto de São Sebastião, e também comentou a respeito. A pasta, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a autoridade portuária de São Sebastião (administrada pela Companhia Docas de São Sebastião), tem buscado soluções para a implementação de

um PCS no local. “Por ser uma comunidade portuária menor, é mais efetivo avançar com as discussões do modelo de governança no Litoral Norte e, posteriormente, estudar a expansão para o Porto de Santos já com os benefícios demonstrados”, informa o texto.

Atualmente, segundo a Secretaria, ocorrem rodadas de reuniões para identificar as prioridades das operações no Porto e iniciar o desenho da ferramenta, enquanto se estuda, a partir do finan-

ciamento adequado, o modelo de governança. A previsão de conclusão é neste semestre.

Em Paranaguá, no Paraná, outro foco de desenvolvimento do PCS nos portos nacionais, a assessoria de imprensa da Portos do Paraná - que administra também o de Antonina - informou que o projeto encontra-se em revisão, de modo a afinar alguns pontos. A previsão é que, no próximo semestre, haverá mais consistência no que está sendo preparado.

POUCAS RESPOSTAS

A Reportagem também falou com a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos. O setor alegou que o tema era de jurisdição da Alfândega do Porto de Santos. No contato, a resposta foi de que se tratava de algo desenvolvido pelo órgão central e, portanto, a recomendação era que se falasse com a Receita, em Brasília. Não houve resposta.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) também foi acionado e disse

que as autoridades portuárias deveriam ser procuradas, o que já havia sido feito pela Reportagem.

“Como se trata de uma iniciativa local, voltada para a maior integração de atividades econômicas, por meio de sistemas de informação, às necessidades de cada comunidade que interage diretamente junto às instalações portuárias, sugere-se que a consulta seja endereçada às autoridades portuárias”.